



Inovação Curricular: para uma Prática Intercultural e Includente

Curricular Innovation – for an Intercultural and Including Practice

Adriana Campani¹

José Carlos Morgado²

Palavras-Chave: Inovação Curricular. Interculturalidade. Inclusão social.

Linha Temática: Desenvolvimento Curricular

O processo de escolarização em massa consolidou-se a partir da metade do século XIX e apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global entre os países desenvolvidos: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a Nação e a Pátria como princípios norteadores da cultura escolar. Também apresentou uma certa homogeneização dos programas escolares que enfocavam a Leitura, a escrita, a história, a geografia, a economia e o direito e posteriormente ciências, desenho e educação física (Petitat, 1994).

O currículo passou a ser uma razão particular, historicamente formado para organizar o conhecimento escolar como formas de regulação social, produzidas através de estilos privilegiados de raciocínio. Aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação, “mas a organização do conhecimento corporificado em formas particulares de agir, sentir, falar e ver o mundo e o “eu” (Popkewitz, 1997, p.176).

¹ Doutora em Educação; Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú;
E-mail: campaniadriana@gmail.com

² Doutor em Educação; Professor Associado do Departamento de Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa, Instituto de Educação, Universidade do Minho; E-mail: jmorgado@ie.uminho.pt



Ciente do poder do currículo, o mesmo não pode ser encarado como uma técnica de organizar o conhecimento, neutro, sem efeito de poder, mas deve ser visto como um artefato político que interage com a estrutura social, a cultura e o poder. Deve, assim, ser resgatada a fertilidade do currículo como transformador das relações de poder existentes na escola dentro de um projeto de justiça curricular, abraçando a inclusão e valorização das diferenças sociais e culturais. Nesse campo de disputa cultural que a novas racionalidades pedagógicas surgem e a potencialidade inovadora reside.

Nossa compreensão é de que o currículo é um território cultural que envolve saber e poder, ele disputa formas de subjetividades, demarca diferenciações e presenças, produz exclusões, saberes e verdades acerca de como pensar ser e agir. Desenha regras e raciocínios. Produz formas de regulação e de emancipação. Contextualiza e recontextualiza discursos: oficial e institucional (Ball,2001). O currículo é uma arena complexa, conflituosa, processual de inclusão e exclusão social pois é um campo de conflito entre o oficial/institucional e o emergente.

A inovação curricular tem uma intencionalidade política clara de inclusão social pela corporificação da interculturalidade, pela criação de zonas de relações interculturais e pela produção de novas/outras/diferentes identidades. Ela corporifica formas particulares de agir, sentir, falar e ver o mundo e o “eu”. Sustenta experiências epistemológicas interculturais. Dá visibilidade a “inquietaude” e potencializa a energia inovadora.

A inovação curricular são percursos discursivos que reconhece a diferença nas relações sociais. São caminhos que permitem experiências interculturais desenhando cenários de interculturalidade e inclusão social. O propósito político da inovação curricular é movimentar territórios culturais. Portanto tem uma intencionalidade política clara de reconhecer as relações, por vezes contraditórias, entre pensamento e emoção, privilegiando as relações de amorosidade, cumplicidade, carinho e sedução. Se permite escutar, esperar e analisar



criticamente ao mesmo tempo, sem deixar cessar o movimento da construção do conhecimento.

A construção do currículo inovador é mediada por relações participativas e democráticas onde múltiplas fontes de autoridades disputam ideias, mudanças e reformas na educação. Portanto são relações capazes de mediar conflitos, negociar estratégias para o fortalecimento das experiências e desenvolver compreensões valorativas e habilidades para tratar com a complexidade das relações sociais.

Nesse sentido as relações interpessoais são aprimoradas porque participam das decisões curriculares com posturas reflexivas frente ao poder e ao oficial. As decisões coletivas são sempre pautadas, não necessariamente em algo novo, mas em algo melhor para um determinado grupo em um determinado contexto sociocultural.

Gestar a inovação curricular requer gerir mudanças conscientes e intencionais com o propósito de mudar o existente, tendo como consequência o desequilíbrio ou a quebra com a estrutura vertical de poder. O princípio inovador só permanece se o processo de mudança se pautar em ideias públicas (para todos) de educação, porque nelas residem o propósito da inclusão e da interculturalidade.

Considerações Finais

A inovação curricular reconhece outras formas de produção de saberes, incorpora a dimensão sócio-histórica do conhecimento, incentiva a gestão partilhada dos atos pedagógicos com ações reflexivas, compreende o conhecimento como algo complexo e passível de reconfigurações. Portanto ela é produzida em cenários de justiça curricular.

A justiça curricular fortalece e dá visibilidade às comunidades epistemológicas que lutam para que as suas vozes não sejam silenciadas e as suas identidades reprimidas, ao mesmo tempo que estimula experiências interculturais inventivas e reinventivas gerando novas sociabilidades e identidades.



COLBEDUCA

Colóquio Luso-Brasileiro de Educação



Referências

BALL, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, Porto Alegre, v. 1 n. 2 p.xxvii-xliii.

PETITAT, A. (1994). A produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas.

POPKEWITZ, T.S. (1997). Reforma educacional: uma política sociológica poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas.